



Afonso Florence (E) explica posição do governo ao senador Acir Gurgacz, na CRA

Governo quer decidir sobre a produção agrícola nas APPs

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, disse ontem no Senado que a União quer ser a única

responsável pela mediação sobre produção agrícola consolidada em áreas de preservação permanente (APPs). **7**

Dilma atende a pedido de senadores para Santo Amaro **4**

Falhas na rede para assistir a dependente química **5**



Antonio Carlos Valadares (2º à dir.) propôs a homenagem aos defensores

Plenário sustenta a função essencial do defensor público

Apontados por senadores como essenciais ao exercício do direito à Justiça pelas parcelas mais pobres da popula-

ção, os defensores públicos foram homenageados ontem em Plenário. Suas reivindicações foram apoiadas nos discursos. **8**

Trabalhador no exterior ganha mais proteção

Projeto aprovado ontem pela CRE garante melhor remuneração e outros direitos aos profissionais brasileiros transferidos ou contratados no Brasil para trabalhar fora do país

Foi aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores projeto que dá mais proteção aos brasileiros transferidos ou contratados para trabalhar no exterior. Entre os direitos, prevê 60 dias para

que a contratação seja registrada no Ministério do Trabalho e garante adicional de transferência de 25% sobre o salário ajustado. Caso não haja recurso para votação em Plenário, o projeto vai para a Câmara. **3**



Florival Rodrigues de Carvalho (E) e Helder Queiroz Pinto Junior foram sabatinados pela Comissão de Infraestrutura em reunião presidida por Blairo Maggi (ao lado de Jayme Campos)

Comissão aprova dois nomes para ANP

Após sabatina, indicações de Florival Rodrigues de Carvalho e Helder Queiroz Pinto Junior para diretores da Agência Nacional do Petróleo (ANP)

foram aprovadas ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e devem ser votadas pelo Plenário na próxima semana. **3**

Senado regulamenta capacitação de servidor **2**

Violência na Escola

O massacre de doze alunos da escola de Realengo, no Rio de Janeiro, trouxe à tona a discussão de um problema com raízes profundas na história da humanidade e que põe em questionamento o papel de três núcleos sociais fundamentais na formação do indivíduo: a família, a escola e o Estado.

A Organização Mundial de Saúde classifica a situação do Brasil como uma epidemia de violência.

O Programa Inclusão mostra o sofrimento de crianças e jovens vítimas da violência no colégio. Questiona o papel do Estado, da família e da escola no combate a uma prática nociva e que tem tirado a vida de inocentes. A tragédia ocorrida no Rio de Janeiro põe em cheque o atual sistema de segurança pública do país.

<http://www.senado.gov.br/tv>



INCLUSÃO

Direção e apresentação: Solange Calmon
Estreia: 28/05 (sábado) às 11h30 e 22h30
29/05 (domingo) às 9h e 17h

15 ANOS

Uma das principais novidades são as novas regras para concessão de licenças destinadas ao treinamento de funcionários, que agora serão vistas como investimento para a própria Casa



Sarney preside a reunião: concessão de licenças deverá atender, prioritariamente, aos interesses institucionais do Senado

Senado aprova política de capacitação dos servidores

A COMISSÃO DIRETORA aprovou ontem a política de capacitação dos servidores do Senado, que vai regulamentar a concessão de licença para treinamentos de funcionários. Segundo o 1º secretário, Cícero Lucena (PSDB-PB), a medida permitirá estabelecer critérios objetivos para a concessão do benefício.

– Hoje o modelo praticado é aleatório. Qualquer pessoa gerava demanda de que curso queria fazer. Não havia um planejamento para a qualificação com o objetivo de a Casa ser favorecida com essa qualificação – disse Cícero Lucena.

O ato valerá a partir de sua publicação, mas a implantação da política de capacitação do Senado será feita por partes, conforme a disponibilidade orçamentária. De acordo com a diretora-geral, Doris Peixoto, a política vai ao encontro do processo de modernização do Senado e da obtenção dos resultados estabelecidos nos planos de gestão das unidades administrativas e legislativas da Casa.

– O que nós conseguimos hoje é estabelecer regras claras e critérios de uma política de capacitação global. A partir de agora, o servidor que ingressar no Senado terá desde o treinamento introdutório até a possibilidade de um mestrado e doutorado regidos por critérios claros – afirmou.

Segundo a consultora orçamentária e assessora da Diretoria-Geral, Rita de Cássia Santos, os treinamentos, que deverão ter relação com as atividades-fim da Casa, passarão a ser vistos como investimento não apenas para o servidor, como também para o Senado.

– A Casa não tem obrigação nenhuma de atender aos interesses pessoais. A demanda vai ser institucional, baseada nos interesses da Casa – disse a consultora.

Para formulação, monitoramento e avaliação da política de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos será criado o Conselho Pedagógico do Senado Federal, órgão consultivo da Comissão Diretora, que será formado por servidores de diversos setores. Não haverá remuneração para o exercício da atividade.

Auxílio-alimentação

A Comissão Diretora também aprovou o reajuste do auxílio-alimentação para os servidores do Senado. De acordo com Doris Peixoto, o objetivo é equiparar o benefício ao valor pago pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que é de R\$ 740,96. Atualmente, o valor pago pelo Senado é de R\$ 638. Na Câmara dos Deputados, também está sendo examinada medida administrativa que equipara o valor do auxílio ao praticado pelo TCU.

Despesas e passagens aéreas em verba única

A Comissão Diretora também aprovou ontem a criação de uma verba única para o exercício da atividade parlamentar (Ceaps), reunindo as cotas de passagens aéreas e a verba indenizatória recebida pelos senadores, nos moldes do que é praticado na Câmara. O 1º secretário, Cícero Lucena, explicou que a cota será administrada pelo parlamentar, conforme o limite de recursos. Atualmente, uma agência de viagens é responsável pela compra de passagens utilizadas pelos senadores.

– Isso vai nos permitir uma maior transparência no uso dessa verba – afirmou o parlamentar.

As informações sobre os gastos de cada senador deverão ser publicadas no Portal da Transparência.

Vinte e quatro requerimentos de senadores pedindo informações ao Poder Executivo sobre a realização de concursos públicos nos últimos quatro anos ou previstos para se realizarem em 2011 também tiveram seu encaminhamento aprovado na reunião da Comissão.

TRT de São Paulo ganha 68 novas varas e o do Maranhão, 2

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 5/11 criando 68 varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que abrange parte do estado de São Paulo, foi aprovado ontem pelo Plenário. A proposta também cria 136 cargos de juiz (metade de juiz do Trabalho e a outra metade de juiz do Trabalho substituto); 544 cargos efetivos de analista e 583 de técnico judiciários; 80 cargos em comissão; e 368 funções comissionadas.

Na mesma sessão, foi aprovado pelo Plenário projeto de lei (PLC 4/11) que cria duas varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, sendo uma em São Luís e a outra na cidade de Imperatriz, também no Maranhão.

Junto com as duas varas do Trabalho, o projeto cria quatro cargos de juiz do Trabalho e três cargos efetivos de analista judiciário com especialidade em execução de mandatos.

Três MPs passam a trancar a pauta de votações do Senado

Três novas medidas provisórias trancam a pauta do Senado. Elas foram lidas ontem em Plenário e devem ser votadas já na próxima semana, pois perdem a validade em 1º de junho.

A MP 519/10, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 15/11), autoriza a União a doar estoques públicos de alimentos a países e regiões atingidos por eventos naturais e sociais no ano passado. As doações serão feitas por meio do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas e deverão beneficiar Bolívia, El Salvador, Guatemala, Haiti, Nicarágua, Zimbábue, Sudão, Etiópia, República Centro-Africana, Congo, Somália, Nigéria

e Coreia do Norte, além da Autoridade Nacional Palestina e de países da Comunidade de Língua Portuguesa.

A relatora, Ana Amélia (PP-RS), vê dois resultados positivos no projeto: a inclusão do Brasil num acordo de ajuda internacional e o incentivo à produção local de arroz, um dos alimentos a serem doados pelo programa. Os outros produtos que serão doados são feijão, milho, leite em pó e sementes de hortaliças.

Já a MP 520/10 cria a Empresa

Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para administrar hospitais universitários federais. Transformada no PLV 14/11, traz uma solução do governo federal para a gestão dos hospitais universitários em substituição às fundações de apoio das universidades. A nova empresa pública será vinculada ao Ministério da Educação e controlada totalmente pela União. A relatora da matéria será Gleisi Hoffmann (PT-PR).

Já a MP 521/10 provocou polêmica na Câmara. A medida reajusta o valor da bolsa para médicos residentes, de R\$ 1.916,45 para R\$ 2.338,06, a partir de 1º de janeiro de 2011 e normatiza licenças para a categoria.

O debate em torno da proposta se deu pela criação do regime diferenciado de contratações, que possibilita uma flexibilização nas regras de licitação, com objetivo de agilizar as obras das copas do Mundo e das Confederações, das Olimpíadas e Paraolimpíadas. O artigo acabou sendo retirado e deve ser incluído na MP 527/10, que cria a Secretaria de Aviação Civil.

Concedido após longa greve, o reajuste beneficia cerca de 23 mil residentes. O relator será Romero Jucá (PMDB-RR).

Uma das MPs assegura reajuste retroativo a 1º de janeiro para cerca de 23 mil médicos residentes

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão não deliberativa

9h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos de senadores.

CRA Cadeia produtiva do leite

14h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência pública para avaliar a cadeia produtiva do leite, a ação dos conselhos estaduais e o preço pago aos produtores. Foram convidados representantes dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário; o presidente da Câmara Temática do Leite 2010-2014 do Sindicato e Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul, Gilberto Antônio Piccinini; e o assessor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) Bruno Barcelos Lucchi.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao



A nova diretoria da Associação dos Consultores e Advogados do Senado Federal (Alesfe), eleita para a gestão 2011/2013, tomou posse na tarde de ontem. A presidência será exercida por Paulo Roberto Alonso Viegas e a vice por Fernando Moutinho Bittencourt. A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, participou da solenidade. Fundada em 1987, a Alesfe representa os interesses individuais e coletivos dos seus associados, promovendo o seu contínuo aprimoramento técnico e cultural.

Mais proteção para trabalho no exterior

Proposta de Valdir Raupp foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e deve ser agora examinada pela Câmara dos Deputados

OS TRABALHADORES BRASILEIROS transferidos ou contratados no Brasil para prestar serviços no exterior deverão contar com maior proteção. É o que determina projeto de lei (PLS 275/07) do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e que deve seguir para a Câmara dos Deputados.

O texto adotado pela comissão – lido pelo relator substituto, Marcelo Crivella (PRB-RJ) – é o substitutivo aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), acrescido de cinco emendas. Entre elas, a que estabelece o prazo de até 60 dias para que a contratação de trabalhador por empresa estrangeira, para trabalhar no exterior,

seja comunicada ao Ministério do Trabalho e Emprego

O projeto aprovado assegura ao empregado transferido acréscimo salarial mínimo de 25%, pagos a título de adicional de transferência ou de parcela necessária à cobertura dos custos adicionais de manutenção em razão do deslocamento. Ao retornar ao Brasil, estabelece ainda o projeto, “ele reassumirá sua atividade profissional, tendo o salário acrescido de todos os reajustes salariais aplicáveis à categoria profissional durante sua ausência do país”.

– Esse projeto vem preencher uma lacuna na legislação, para dar segurança aos brasileiros no exterior, que nos remetem US\$ 7 bilhões por ano – elogiou Marcelo Crivella.

Genaldio Magalhaes/Senado Federal



Fernando Collor, presidente da CRE, e Inácio Arruda: preocupação com trabalhadores no exterior

Senado terá que votar nomes de adidos diplomáticos

A CRE também aprovou ontem o PLS 153/11, que torna obrigatória a aprovação, pelo Senado, dos nomes dos escolhidos para titular de aditância nas representações diplomáticas. O relator do projeto foi o senador Gim Argello (PTB-DF), que acolheu emenda do senador Romero Jucá (PMDB-RR), por meio da qual se exclui a referência original à Lei 11.440/06, que instituiu o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, para evitar futuros questionamentos na Justiça. O relator argumenta que os adidos não são contemplados nesse regime jurídico.

Na justificativa que acompanha o projeto, recorda-se que ocorreu nos últimos anos um aumento na criação de aditâncias não apenas militares e culturais, mas também para se-

tores como o agrícola e o policial. “Apesar de os adidos atuarem no exterior em nome do governo brasileiro e defenderem os interesses

do Estado, não há qualquer tipo de acompanhamento ou controle por parte do Poder Legislativo”, ressalta o texto.



Gim Argello, relator, lembra que adidos não são contemplados pelo regime jurídico dos servidores que atuam no exterior

Ratificados mais quatro acordos internacionais

A comissão aprovou ainda pareceres favoráveis a quatro projetos de decreto legislativo sobre acordos internacionais. O PDS 632/10, relatado pelo senador Anibal Diniz (PT-AC), refere-se a acordo de cooperação científica e tecnológica com o Vietnã. O PDS 635/10, cujo relatório foi lido por Gim Argello, regulamenta a constituição do Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul. O PDS 72/11, relatado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), trata do Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas firmado entre os países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai), Bolívia e Chile. E o PDS 77/11, que teve como relator ontem o senador Paulo Bauer (PSDB-SC), aprova acordo bilateral sobre serviços aéreos entre o Brasil e Israel.

Genaldio Magalhaes/Senado Federal

CI aprova e envia ao Plenário indicações de novos diretores da ANP

O Plenário deve votar, na próxima semana, as indicações de dois novos diretores para a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ontem, o engenheiro químico Florival Rodrigues de Carvalho e o economista Helder Queiroz Pinto Junior foram sabatinados e aprovados por unanimidade pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A sabatina foi acompanhada pelo diretor-geral da ANP, Haroldo Lima. Em suas exposições, Florival Carvalho e Helder Queiroz destacaram o bom momento por que passa o mercado brasileiro de petróleo, gás e biocombustíveis, além das perspectivas para o país com a introdução do pré-sal.

– A descoberta do pré-sal coloca o Brasil numa posição de destaque no cenário mundial – afirmou Carvalho.

Helder destacou os desafios da ANP, como a necessidade de

continuar o processo de regulamentação e complementação das leis do setor, garantindo boa infraestrutura de transporte para o mercado de gás. Também assinalou a necessidade de a ANP estimular as inovações tecnológicas que substituam a produção de combustíveis poluentes por

outros com menor teor tóxico.

Depois de ouvir os indicados, Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou a necessidade da realização de pesquisas por universidades públicas e privadas, com o objetivo de ampliar o potencial brasileiro de combustíveis.

Lindbergh Farias (PT-RJ) disse

que é importante implementar programa de recursos humanos para formação de mão de obra especializada na área de petróleo e gás. Delcídio do Amaral (PT-MS) pediu o fim do contingenciamento de recursos para os leilões de combustíveis da ANP.

Os senadores Flexa Ribeiro

(PSDB-PA), Valdir Raupp (PMDB-RO), Jorge Viana (PT-AC) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) elogiaram a qualificação dos indicados. Blairo Maggi (PR-MT) explicou que, em seu estado, os grandes produtores de biodiesel dominam 70% do mercado e, com isso, “estão sufocando os pequenos produtores”.

– Apesar de em maior número, os pequenos produtores estão em desvantagem com relação aos grandes e pode acontecer que esses pequenos sejam obrigados a baixar tanto os preços para se tornarem mais competitivos que acabarão ficando fora dos leilões – observou o senador, vice-presidente da CI.

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu a exploração de petróleo e gás na região amazônica, e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) salientou o importante papel que a ANP vem assumindo nos últimos anos, com a mudança no marco regulatório do setor.



Os indicados Florival de Carvalho (E) e Helder Pinto Junior dividem a mesa da CI com o vice-presidente Blairo Maggi (D)

Lio de Paulo/Senado Federal

População de Santo Amaro da Purificação convive com a contaminação do solo e da água provocada por meio milhão de toneladas de escórias de chumbo deixadas pelos 30 anos de atividade de mineradora francesa



Zilda Veloso, Augusto Machado, Leandro de Almeida Vargas, Paulo Paim, Sarney Filho e Itanor Junior debatem herança devastadora de mineração

Dilma determina medidas contra contaminação no Recôncavo Baiano

A PRESIDENTE DILMA Rousseff determinou que sejam tomadas providências para resolver os problemas ambientais e de saúde decorrentes da contaminação por chumbo em Santo Amaro da Purificação, no Recôncavo Baiano. Dilma recebeu ontem dos senadores petistas Walter Pinheiro (BA) e Paulo Paim (RS), um dossiê mostrando a realidade que enfrentam os moradores da cidade.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paim coordenou ontem a audiência pública destinada a ouvir vítimas da tragédia, estudiosos e políticos ligados à região. Santo Amaro é a cidade mais poluída por chumbo no mundo,

de acordo com estudos da Universidade Federal da Bahia e outras instituições. Por mais de 30 anos, a Companhia Brasileira de Chumbo (Cobrac) despejou na cidade 490 mil toneladas de rejeitos contaminados por metais perigosos, como o chumbo, que é associado ao saturnismo – doença que afina braços, provoca dores agudas no corpo, causa impotência sexual, aborto nas mulheres ou malformações severas nos filhos que elas esperam. Desativada em 1993, a fábrica deixou um histórico de poluição e doenças sem o devido enfrentamento, como mostraram imagens e depoimentos apresentados na CDH.

– É um legado nefasto que só a União

tem condições de assumir – disse Pinheiro, que propôs a audiência junto com os colegas da bancada da Bahia, Lidice da Mata (PSB) e João Durval (PDT). Ele citou estudos que indicam a necessidade imediata de destinar cerca de R\$ 300 milhões a ações de descontaminação da cidade, atendimento em saúde, indenizações, aposentadorias especiais, entre outras. Os senadores se comprometeram a encaminhar esse conjunto de medidas urgentes às áreas de meio ambiente, saúde e justiça, e mobilizar esforços no campo das relações exteriores – já que a Cobrac era subsidiária da empresa francesa Penarroya Oxide.



Em debate na CDH, foram apresentados relatos e imagens sobre a poluição, a doença e as deformidades físicas causadas pela contaminação por chumbo

Em Santo Amaro, 80% dos moradores foram expostos a chumbo

Cerca de 80% da população de Santo Amaro estão afetados por exposição ao chumbo, informou o coordenador do Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, Guilherme Franco Netto. Cádmio, cobre e zinco também foram encontrados na cidade em concentração acima do recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), destacou. Ele disse que um grupo multissetorial do governo federal vem atuando para minimizar os problemas da população.

Santo Amaro sofre as consequências do desenvolvimento sem preocupação com a saúde e com o meio ambiente, observou Fernando Vasconcelos, do Ministério da Saúde. Para ele, o assunto merece ser discutido para se encontrar soluções e não gerar mais artigos e teses sobre o caso.

Com a política nacional de resíduos sólidos e a legislação ambiental vigente, dificilmente problemas como o de Santo Amaro voltarão a ocorrer, afirmou a gerente de Projeto de Resíduos Perigosos do Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Zilda Maria Faria Veloso.

Produtos e trabalhadores da região são discriminados, denuncia deputado

A questão ambiental em Santo Amaro equivale em danos ao vazamento na usina nuclear de Chernobyl, na Ucrânia, comparou o deputado Luiz Alberto (PT-BA). A pesca e a coleta de mariscos estariam entre as atividades afetadas.

– Quando se sabe a origem, ninguém compra produtos provenientes da cidade nem contrata trabalhadores de lá. As empresas hesitam em contratar trabalhadores que, mesmo sem apresentar sintomas de contaminação, representam um “passivo” em termos de saúde – afirmou.

O deputado observou que a cidade está na área de influência do Polo Petroquímico de Camaçari, mas moradores de lá nem sempre passam em testes de admissão para empregos no complexo.

O deputado Sarney Filho (PV-MA), coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista, considerou a contaminação “um crime contra a Humanidade”.

A responsabilização dos culpados é uma das medidas sugeridas em estudo feito pela frente parlamentar e pela entidade Amigos do Futuro. Sarney Filho disse que o estudo sugere ainda a identificação de contaminados e atendimento permanente a eles, a descontaminação

de solos e rios e esforços para a garantia dos direitos a indenizações e aposentadorias dos trabalhadores diretamente afetados.

– Devemos agir inclusive nos fóruns internacionais contra empresas que exploram países pobres, sem condições de fiscalizar suas atividades – disse Sarney Filho.

Paulo Paim, presidente da CDH, disse que, “se a Previdência já concedeu anistia a devedores, até mesmo para maus pagadores, não pode agora negar aposentadoria especial aos que estão contaminados e sem condições de trabalho”.

O advogado ambientalista Itanor Junior falou das dificuldades que os antigos trabalhadores da Cobrac e a população em geral enfrentam na busca de seus direitos nos campos trabalhista e previdenciário. Segundo ele, há processos tramitando na Justiça há mais de 20 anos.

Com os apoios do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin e do desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região Tourinho Neto, eles conseguiram que um juizado especial itinerante fosse a Santo Amaro analisar o caso.

Caso de Santo Amaro teve muito estudo, mas pouca ação

Apesar de muitos gastos terem sido feitos com diversos estudos que já demonstraram a contaminação por chumbo em Santo Amaro, nada foi feito para resolver os problemas, afirmou o técnico de laboratório Augusto César Lago Machado, que participou da audiência na CDH. Ele foi contaminado ao trabalhar por 19 anos na Cobrac, subsidiária da empresa francesa Penarroya Oxide, que se instalou na cidade para beneficiar o minério e produzir lingotes de chumbo. A subsidiária foi depois incorporada ao Grupo Trevo e a Penarroya Oxide passou a fazer parte do Grupo Metaleurop.

Segundo o técnico, a única ação já realizada foi o reconhecimento, pelo Ministério da Justiça, do direito dos ex-trabalhadores a proventos previdenciários. Quase 500 mil toneladas de rejeitos com chumbo e outros metais tóxicos, como cádmio e mercúrio, contaminaram o solo e a água, e mesmo após a desativação da Cobrac, em 1993, os efeitos são visíveis nos ex-trabalhadores da mineradora e na população do entorno da fábrica: cidadãos doentes e marginalizados e crianças com deformações.

O presidente da CDH, Paulo Paim, sugeriu acionar o Ministério das Relações Exteriores para examinar possíveis responsabilidades do governo da França.

– Quero que o presidente Nicolas Sarkozy venha ao Brasil, a Santo Amaro, ver a realidade. Mas o Brasil tem igualmente de ver a situação – cobrou.

Segundo Augusto Machado, os rejeitos são compostos de terra, cerca de 4% de chumbo, 12% de zinco e 20% de ferro e outros elementos, informou. Por meio de solução ácida, é possível separar os minérios e torná-los rentáveis, disse o técnico, que sugeriu a criação de uma instalação piloto em polo petroquímico para tratamento da escória.

Purificar o Subaé

Caetano Veloso compôs há alguns anos uma canção para tratar do desastre ambiental no rio Subaé, que corta Santo Amaro da Purificação, cidade baiana onde nasceu. A letra foi lida ontem por Paulo Paim, durante a audiência na CDH, que contou com a presença, entre outros, de representantes dos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, de Direitos Humanos e da Igualdade Racial. A canção ficou consagrada na voz de Maria Bethânia.

Purificar o Subaé

Mandar os malditos embora.
Dona d'água doce quem é?
Dourada rainha senhora.
Amparo do Sergimirim
Rosário dos filtros da aquária,
Dos rios que deságuam em mim
Nascente primária.
Os riscos que corre essa gente morena,
O horror de um progresso vazio
Matando os mariscos e os peixes do rio,
Enchendo o meu canto
De raiva e de pena.

Caetano Veloso

Magno Malta cumprimenta Dilma por veto ao kit anti-homofobia

O senador Magno Malta (PR-ES) cumprimentou a presidente Dilma Rousseff pela decisão de vetar a distribuição do kit do Ministério da Educação destinado a combater a homofobia nas escolas.

Magno Malta lembrou ainda a Marcha da Família, a ser realizada em 1º de junho, e fez novas



Magno Malta/Senado Federal

críticas ao projeto que criminaliza a homofobia (PLC 122/06).

Pela liderança do PR, Magno Malta anunciou a retirada da assinatura do senador Clésio Andrade (PR-MG) do pedido de

CPI para investigar as acusações de enriquecimento do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci.

Ana Rita elogia ações de Dilma pela inclusão social



Ana Rita/Senado Federal

Ana Rita (PT-ES) elogiou o comprometimento do governo da presidente Dilma Rousseff com a inclusão social.

A senadora destacou evento em que a presidente assinou o compromisso de construção de 454 quadras esportivas e 138 unidades de educação infantil, além da doação de 30 mil bicicletas e capacetes dentro do programa Caminho da Escola. Ana Rita disse que, no Espírito Santo, as quadras serão construídas nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, São Mateus e Vila Velha.

Paulo Davim apoia reivindicações de entidades médicas



Paulo Davim/Senado Federal

Paulo Davim (PV-RN) disse ontem que ficou satisfeito com a decisão da Justiça favorável aos médicos

impedidos de, por meio de suas entidades representativas, expressarem sua opinião e pleitos com relação aos planos de saúde. O senador leu da tribuna a nota conjunta dos conselhos regionais e do Conselho Federal de Medicina comunicando a vitória no processo judicial movido contra a Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça.

Especialistas salientaram a falta de recursos e de estrutura para deter o processo de deterioração mental dos mais de 18 milhões de consumidores dependentes de crack

Dependentes químicos sem rede adequada de assistência

O DESCOMPASSO ENTRE as redes de assistência social e à saúde e as demandas dos dependentes químicos foi evidenciado no quinto painel do ciclo realizado pela Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e Outros. A escassez de investimentos públicos foi apontada como agravante, fragilizando o atendimento a cerca de 18 milhões de brasileiros que convivem com o drama.

Segundo o representante do Conselho Federal de Medicina, Ricardo Paiva, apenas R\$ 5 milhões dos R\$ 400 milhões previstos no Orçamento da União para o setor foram efetivamente gastos em 2010. Ele também reclamou da falta de uma rede de assistência para se proceder à internação para desintoxicação.

Problema semelhante foi levantado pelo presidente da Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas, Carlos Alberto Salgado, que denunciou a redução de vagas ambulatoriais e de internação nas áreas de dependência química e saúde mental nos últimos 20 anos. O psiquiatra assinalou

ainda o avanço no uso de crack por mulheres grávidas, com danos ao feto agravados pelo uso associado ao álcool.

A exposição precoce a entorpecentes pode predispor o indivíduo ao seu consumo no futuro. A hipótese foi admitida pelo psiquiatra Esdras Cabus Moreira, coordenador do Centro de Estudos e Terapias do Abuso de Drogas da Universidade Federal da Bahia, em resposta a indagação do senador Waldemir Moka (PMDB-MS) sobre a predisposição de algumas pessoas à dependência química.

De acordo com estudo da Fundação Oswaldo Cruz, citado por Ricardo Paiva, o crack leva um terço de seus usuários à morte, ocasionada, em 85% dos casos, não pelo seu uso, mas por situações violentas associadas ao consumo. De qualquer modo, o presidente do Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (Conead), Aloísio Antônio Andrade de Freitas, alertou para o fato de que o processo de "demonização" desencadeado pelo uso de crack e óxi – subprodutos da cocaína – é rápido e, uma vez instalado, irreversível.

Lídice quer analisar interesses de mercado

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ressaltou a importância de a subcomissão não focar apenas no combate ao crack, e levar em conta os interesses de mercado envolvidos na dependência química.

Já a senadora Ana Amélia (PP-RS) indagou se há perspectivas de aplicação de uma vacina para prevenir o consumo de drogas. O médico Ricardo Paiva informou que essa imunização ainda não está sendo usada como ferramenta de prevenção no país. Por fim, o presidente da subcomissão, Wellington Dias (PT-PI), comunicou a participação dos senadores, hoje, em encontro internacional sobre políticas de enfrentamento ao crack e outras drogas, em Ponta Porã (MS), e em comitiva da Frente Parlamentar Antidrogas a Maceió e Teresina, nos dias 9 e 10 de junho.

Wellington Dias destaca projeto em favor de autistas

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou a aprovação, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto de lei que cria a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A matéria será analisada pelo Plenário. Ele explicou que a proposta (PLS 168/11) prevê direitos dos autistas, como proteção contra exploração e acesso a serviços

de saúde e de educação, ao mercado de trabalho, à moradia e à assistência social.

– Como pai de pessoa autista, minha filha Daniele, eu e minha esposa aprendemos muito com ela. Isso nos abriu uma reflexão para as milhares de pessoas que sofrem discriminação como pais de autistas, que enfrentam dificuldades para educação e tratamento – justificou.

CAS pode ajudar no impasse da saúde, diz Jayme



Jayme Campos/Senado Federal

Jayme Campos (DEM-MT) propôs a realização de debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para pôr fim ao impasse

entre as operadoras de saúde e os profissionais de Medicina. Os médicos chegaram a entrar em greve, fazendo boicote aos planos de saúde em protesto contra os baixos valores pagos pelas consultas e por outros procedimentos.

– Proponho que a CAS contribua para que se chegue a um acordo conveniente com todas as partes, profissionais da área médica, seguradoras e usuários.

Geovani Borges aplaude redução de IPI para tablets



Geovani Borges/Senado Federal

Geovani Borges (PMDB-AP) elogiou o governo pela redução do IPI sobre os tablets, o que

reduzirá o preço final ao consumidor e estimulará a indústria brasileira.

Para ele, essa é uma das medidas que devem ser tomadas para garantir a inclusão digital à população carente. Além da fabricação de computadores e tablets a preço reduzido, disse, é necessário garantir renda, para que as pessoas consigam comprar equipamentos, e assegurar a educação, parceira da inclusão digital.



Ricardo Paiva, Esdras Moreira, Wellington Dias e Antônio de Freitas (D) participam de debate em subcomissão da CAS

Oposição diz ter assinaturas para CPI de Palocci

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), afirmou ontem que a oposição vai conseguir as assinaturas de senadores exigidas para criação de CPI mista destinada a investigar o aumento de patrimônio do ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci.

Segundo o senador, o requerimento de CPI tem atualmente 19 das 27 assinaturas necessárias no Senado. As oito restantes já estariam prometidas por senadores, inclusive da base do governo. Para a criação da CPI mista são necessárias, ainda, assinaturas de 171 deputados.

– Teremos novas adesões na próxima semana. Vários senadores pediram apenas que

esperássemos as explicações do ministro Palocci ao procurador-geral da República. Se não forem convincentes, eles irão assinar o requerimento – afirmou Alvaro Dias.

Caso a oposição não consiga a adesão de deputados federais em número suficiente para uma comissão mista, os senadores pretendem apresentar pedido para criação de uma CPI apenas do Senado. Para isso, farão um novo requerimento, a ser assinado pelos mesmos senadores que já aderiram.

Na semana passada, o procurador-geral da República deu a Palocci prazo de 15 dias para que esclarecesse fatos relativos à denúncia publi-

cada pelo jornal *Folha de S. Paulo* de que seu patrimônio cresceu cerca de 20 vezes nos últimos quatro anos. Gurgel teria repassado ao ministro os questionamentos feitos à PGR em representações assinadas pelo PPS, DEM e PSDB. O prazo acaba no dia 4 de junho.

Na tentativa de evitar a instalação da CPI, Palocci apresentou ontem suas explicações à bancada do PT no Senado. A conversa aconteceu no Palácio da Alvorada, com a presença da presidente Dilma Rousseff e de alguns ministros. Presente ao encontro, o senador João Pedro (PT-AM) saiu convencido de que não há nada errado com o patrimônio de Palocci.

Pimentel aponta acerto da política habitacional



José Pimentel

José Pimentel (PT-CE) ressaltou o acerto da política habitacional adotada pelo governo nos últimos anos e apontou a redução do déficit habitacional das famílias de baixa renda. Conforme dados da Caixa citados pelo senador, em 2010 foram formalizados 1,231 milhão de contratos de financiamento imobiliário. Em 2011, já foram registrados 403,7 mil contratos.

Cyro Miranda alerta para déficit na Previdência



Cyro Miranda

Cyro Miranda (PSDB-GO) avaliou que a situação da Previdência exige "um debate amplo".

– O quadro geral é deficitário e pode frustrar as expectativas de milhões de brasileiros – disse. Citando dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Miranda apontou que as alíquotas previdenciárias no Brasil atingem o dobro da média de 112 países analisados.

Mário Couto rebate denúncia de promotor



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) defendeu-se de denúncia publicada na imprensa de que teria permitido desvios na folha de pagamento da Assembleia Legislativa do Pará, quando presidiu a Casa, de 2003 a 2006.

O senador destacou ainda o fato de ter tido todas as suas contas aprovadas pelo Tribunal de Contas do Pará.

Participantes de debate no Senado dizem que passo inicial para avanços tecnológicos e ambientais na produção é orientar os agricultores sobre as práticas sustentáveis

Só organização viabiliza a agricultura sustentável

O PRIMEIRO PASSO na transição da agricultura brasileira para um modelo de produção sustentável deve ser a organização dos produtores. O ponto de vista foi expresso ontem pelos participantes de debate pela Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), vinculada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Para ajudar o país a ter uma posição de liderança na Rio+20, a conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável prevista para junho de 2012 no Rio de Janeiro, a subcomissão, presidida por João Pedro (PT-AM), está ouvindo especialistas e, até setembro, fará reuniões também nos estados.

Para o assessor do Departamento de Produção e Sustentabilidade do Ministério da Agricultura Helinton Rocha, a organização dos produtores, via associações e cooperativas, pode ajudá-los a se beneficiarem do *fair trade* (comércio justo), modalidade de transação internacional que, além de preços justos, valoriza padrões sociais e ambientais equilibrados nas cadeias produtivas.

Dificuldades

O diretor do Departamento de Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, Paulo Guilherme Cabral disse que, sem a organização dos agricultores, o país terá dificuldades para adotar práticas produtivas sustentáveis.

O assessor técnico da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil Rodrigo Justus de Brito disse que é preciso mostrar aos produtores as vantagens do novo modelo produtivo. Segundo ele, é preciso que eles "sintam no bolso" a importância dessas práticas, como fizeram quando passaram a adotar o manejo integrado de pragas.

Sebastião Barbosa, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, apresentou à subcomissão experiências bem-sucedidas de sustentabilidade.

Uma delas é o sistema de plantio direto, sem revolvimento do solo, por meio de equipamentos e manejos adaptados. O plantio é feito diretamente na palhada dos cultivos anteriores, que fica na superfície do solo. Isso possibilita protegê-lo contra a erosão e perda d'água.



Rodrigo Justus de Brito e Paulo Guilherme Cabral (C), com o presidente da Subcomissão Rio+20, senador João Pedro (D)

Florence anuncia juros menores para o Pronaf

Os agricultores familiares pagarão juros menores em financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na safra 2011/2012 e poderão contar com uma política de preços mínimos para reduzir impactos das oscilações de mercado. As informações foram prestadas ontem pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Bandeira Florence, em audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O ministro informou que o Plano Safra 2011/2012 ainda está sendo finalizado, mas

adiantou mudanças já definidas, como a alocação de R\$ 16 bilhões para o Pronaf e a unificação da taxa de juros anual em 1% para linhas de crédito de investimento abaixo de R\$ 10 mil e em 2% para crédito acima de R\$ 10 mil.

A criação do Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) para a agricultura familiar e a unificação de normas do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) também são novidades do Plano Safra ressaltadas pelo ministro.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO), presidente da CRA, questionou o ministro sobre a dis-

tribuição desigual do crédito do Pronaf. Segundo informou, 50% dos contratos estão no Sul e apenas 7% na região Norte. Em resposta, o ministro disse que o crédito é disponibilizado para todo o país, sendo as diferenças de dinâmica produtiva e de inserção no mercado que condicionam o maior ou menor acesso aos financiamentos.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) ressaltou a importância da produção familiar para a merenda escolar. Conforme relatou, tem sido significativa a melhoria da qualidade da merenda nas escolas que adquirem produtos da agricultura familiar.

Santiago presta homenagem a trabalhador rural

Wilson Santiago (PMDB-PB) lembrou o Dia do Trabalhador Rural, comemorado em 25 de maio.



Wilson Santiago

Ele afirmou que o caminho das conquistas dos direitos dos trabalhadores do campo tem sido árduo. O senador assinalou a importância do trabalhador rural para a produção de alimentos, já que a demanda tem crescido em todo o mundo.

Ângela celebra terminal de cargas em RR

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a instalação pela Infraero do terminal de cargas do Aeroporto Internacional de Boa Vista.



Ângela Portela

– Os produtos chegarão mais baratos ao mercado de Boa Vista, sufocado nos últimos anos pela proximidade com a Venezuela, a Guiana e também com Manaus, onde os empresários já usufruem de benefícios semelhantes.

Raupp sugere uso de aeródromos privados na Copa

Valdir Raupp (PMDB-RO) fez um apelo ao presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Carlos Eduardo Pellegrino, para que verifique a viabilidade do uso de aeródromos privados para desafogar os aeroportos de médio e grande porte durante os eventos de 2014 e 2016.



Valdir Raupp

– Se for viável, teremos um custo muito menor – disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Antonio Carlos Valadares • Vanessa Grazziotin • Wilson Santiago • Randolfe Rodrigues • Geovani Borges • Ângela Portela • Ana Rita

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Ministro Florence diz que governo federal está mais preparado para mediar produção agrícola consolidada em áreas de preservação permanente



Na mesa principal, ministro Afonso Florence (E) e Acir Gurgacz, em frente aos senadores Jayme Campos e Ivo Cassol (D)

União defende prerrogativa de regular normas do Código Florestal

EM DEBATE ONTEM na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o ministro do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, defendeu prerrogativas da União na regulação de parâmetros ambientais do Código Florestal. Para Florence, a mediação sobre produção agrícola consolidada em áreas de preservação permanente (APPs) e sobre compensação de reserva legal em estado diferente daquele onde ocorreu o desmatamento extrapola limites municipais e estaduais, devendo, portanto, estar a cargo do governo federal.

O ministro se manifestou frente à preocupação do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sobre o projeto do novo código aprovado na Câmara, que abre aos estados a possibilidade de regular cultivos em APPs. O texto aprovado pelo Senado na semana que vem.

Para Florence, as prerrogativas da União também são necessárias para evitar que cada estado “passe a reger leis em ambiente de competição”, acirrando as disputas entre as unidades da Federação.

– Nossas propostas têm os princípios da segurança econômica e jurídica da produção rural brasileira, e da precaução e regularização ambiental – ressaltou Florence, ao afirmar que parte significativa dos itens defendidos pelo governo foi incorporada no substitutivo do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP).

O senador Ivo Cassol (PP-RO) questionou o ministro sobre as dificuldades do governo federal para lidar com as especificidades ambientais de cada localidade e disse considerar que gestores estaduais e municipais estariam mais preparados para tratar do assunto.

O ministro respondeu que serão mantidas prerrogativas dos municípios e dos governos estaduais, citando como exemplo os comitês de bacias hidrográficas previstos no sistema de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC).

Confiante de que o Senado chegará a um entendimento sobre o novo código, o presidente da CRA, senador Acir Gurgacz (PDT-RO), lembrou o avanço da produção de alimentos no país.

Sarney apoia prorrogação do Decreto 7.029

O presidente José Sarney defendeu a prorrogação do prazo estipulado pelo Decreto 7.029/09 – que manda punir, a partir de 11 de junho de 2011, os produtores rurais responsáveis por desmatamentos ilegais – como condição para que o Senado possa examinar com profundidade a proposta de reforma do Código Florestal.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), informou na quarta-feira que começaria a coleta de assinaturas entre as lideranças partidárias para encaminhar à

presidente Dilma Rousseff o pedido de prorrogação do decreto por mais 120 dias. Dessa forma, o Senado teria prazo até outubro para analisar e aprovar o novo Código Florestal, que então seria devolvido à Câmara.

– Essa foi uma decisão tomada pela bancada do PMDB e, acredito, com a concordância de todos os partidos, porque isso permitirá justamente que o Senado tenha o tempo necessário para ouvir todas as partes e não termos aquela grande controvérsia que houve na

Câmara dos Deputados – disse Sarney.

O presidente do Senado também reafirmou que a proposta de reforma do Código Florestal não tramitará em regime de urgência na Casa.

– Acho que votaremos no tempo necessário, sem nenhum atropelo – declarou.

Sobre os pontos polêmicos do projeto, Sarney assinalou que não conhece com profundidade as propostas, mas disse acreditar que o Senado encontrará a melhor solução possível.



Lindbergh Farias: guerra ambiental

Lindbergh: texto tem problemas “gravíssimos”

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o texto do novo Código Florestal tem problemas gravíssimos.

– O momento requer atenção aos procedimentos que nortearão o tratamento que o Senado concederá à matéria – disse o senador, que considera importante ouvir os diversos setores envolvidos.

Lindbergh tratou de premissas que considera erradas na discussão. Entre elas, citou a suposição de que a descentralização decisória seria mero respeito democrático e forma de racionalizar a gestão.

– Se adotarmos esse caminho, vamos lançar o Brasil na aventura fratricida e autodestrutiva de uma guerra ambiental à semelhança da guerra fiscal, cujos efeitos, até hoje, ferem os interesses nacionais – advertiu o senador.

Inácio Arruda elogia relatório de Aldo Rebelo

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) para o novo Código Florestal. Destacando a vitória do texto, com mais de 400 votos favoráveis, Inácio Arruda elogiou seu companheiro de partido pela coragem de “enfrentar determinados oportunismos e modismos, colocando sempre em primeiro plano os interesses nacionais”.

– Nós temos que discutir com clareza a questão ambiental no Brasil, mas sem resvalar para posições que, na verdade, refletem outros objetivos que parecem bonitos e bons para fazer manchete, mas, na verdade, estão ligados a interesses e a pressões enormes que se exercem, no Brasil, na produção agropecuária.



Inácio Arruda: pressões enormes



Sérgio Petecão

Petecão destaca qualidade do trabalho do relator

A aprovação do novo Código Florestal pela Câmara dos Deputados foi histórica, avaliou o senador Sérgio Petecão (PMN-AC). Ele disse ter acompanhado o relator na Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), em várias audiências.

– Já tinha uma admiração pelo deputado Aldo Rebelo e, pela forma como conduziu todo o processo, minha admiração cresceu ainda mais – afirmou.

Petecão acredita que o debate será intenso no Senado. Para ele, discutir meio ambiente no Rio de Janeiro ou em Brasília é fácil. Difícil é discutir o assunto no meio da Floresta Amazônica. O debate não pode ser marcado pelo antagonismo de produtores contra ecologistas.

– Não conheço ninguém que, em sã consciência, seja a favor da devastação da Floresta Amazônica – declarou.

Moka sugere debate com profundidade

Waldemir Moka (PMDB-MS) elogiou a aprovação do novo Código Florestal e o parecer de Aldo Rebelo. O senador sugeriu aos demais senadores que “leiam com atenção” o projeto, que chegará ao Senado na próxima semana.

Ele disse esperar que o Senado debata com profundidade e equilíbrio a proposta.

Moka afirmou que o texto aprovado na Câmara também trata da regularização da situação de produtores rurais e negou que o projeto pretenda anistiar desmatadores. O senador observou ainda que o Pantanal é o bioma mais preservado do Brasil, o que não impede a região de ter um dos maiores rebanhos do país.



Moka: Pantanal preservado



Lídice: grande homem público

Lídice defende Aldo, mas admite mudar proposta

Lídice da Mata (PSB-BA) se disse uma “defensora intransigente” do deputado Aldo Rebelo, mas que o respeito a ele não pode impedir mudanças no texto do Código Florestal.

– Aqui não permitirei nenhum tipo de injunção, de suspeição sobre o relatório e a postura digna e honrada desse deputado federal, que, como já foi dito aqui, é um grande homem público, meu amigo, meu companheiro há mais de 20 anos, mas isso não quer dizer que o relatório não possa ser modificado – afirmou a senadora.

Lídice da Mata disse ainda que o Senado precisa ter bom senso ao fazer as mudanças, já que, segundo ela, há poucos pontos que requerem discussão por não haver unanimidade.

Senado cobra valorização do defensor público

O Senado homenageou ontem, a pedido do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), os defensores públicos, cujo dia nacional foi comemorado em 19 de maio. Os senadores destacaram a importância social dos defensores públicos, responsáveis por atender a

população mais carente, e reivindicaram condições mais adequadas ao exercício da tarefa, a exemplo do que já acontece em relação aos juizes, procuradores e promotores.

Entre as melhorias defendidas, estão a criação das defensorias nos estados que

ainda não oferecem o serviço, a contratação de mais defensores e a melhoria dos salários da categoria. Os senadores também pediram a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante autonomia funcional e administrativa à Defensoria Pública.

Para Valadares, democracia deve zelar por Justiça independente

O senador Antonio Carlos Valadares lembrou ontem que, há um ano, se celebrava a sanção da Lei Complementar 132/09, a chamada Nova Lei Orgânica das Defensorias Públicas, da qual foi relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

– Foi a primeira vez que, ao organizar uma instituição do sistema de Justiça, uma legislação voltou seu foco para o cidadão destinatário dos serviços e não para o próprio órgão ou seus integrantes – afirmou.

Valadares assinalou que, entre as diretrizes traçadas pela nova lei, estão a priorização das regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional e o respeito aos direitos dos assistidos, como o

direito à informação, à qualidade e à eficiência dos serviços prestados.

O senador frisou que a Lei Orgânica veio para fortalecer o direito fundamental de garantia de acesso à Justiça para todos os cidadãos. Ele disse que o papel desempenhado pela Defensoria é o de prover adequada defesa de quem não pode pagar as custas do processo e os honorários de advogado, parcela da população que chega a 130 milhões.

– Um Estado democrático de direito, merecedor desse nome, deve zelar por um sistema de Justiça independente, atuante e que esteja disponível a todos os cidadãos, a qualquer tempo. E, além disso, capaz de assegurar os direitos dos cidadãos – afirmou.



Antonio Carlos Valadares, que propôs a homenagem: defensoria assegura garantia de acesso à Justiça

Mozarildo apela por apoio de Dilma às defensorias

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apelou à presidente Dilma Rousseff, para que dote as defensorias públicas estaduais e da União com os meios adequados para realizar a contento a missão constitucional de garantir o acesso à Justiça aos mais pobres. É a Defensoria Pública que garante que o devido processo legal seja um direito de todos, disse ele.

Vanessa defende aprovação de propostas

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a votação de projetos de interesse dos defensores públicos, como a proposta de emenda à Constituição que concede ao órgão autonomia funcional, administrativa e financeira (PEC 487/05). Ela referiu-se ainda à PEC 512/10, que cria o Conselho Nacional da Defensoria Pública e está em exame na Câmara dos Deputados.

Gim Argello sugere a nomeação de aprovados

Gim Argello (PTB-DF) sugeriu que uma comitiva de senadores defenda junto ao Ministério do Planejamento a nomeação de novos defensores aprovados em concurso público.

– A última esperança dos mais humildes é contar com a atuação de um defensor público – concluiu o senador, que relatou ter sido estagiário da Defensoria Pública do Distrito Federal.

Raupp avalia que é preciso reforçar Justiça gratuita

Valdir Raupp (PMDB-RO) considera que “ainda há muito a ser feito” para atender a todos os que dependem de Justiça gratuita. Em Rondônia, por exemplo, a defensoria está estruturada, mas há comarcas que não estão cobertas. Conforme dados citados pelo senador, o país conta com 5,2 mil defensores públicos, que cobrem menos da metade das 2,6 mil comarcas.

Suplicy pede convocação de novos defensores

Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a convocação de defensores públicos aprovados em concursos da União e dos estados.

Os defensores públicos federais não passam de 489 para uma população estimada de 16 milhões de pobres, apontou o senador, para quem todos os estudantes de Direito do país deveriam estagiar nas defensorias públicas.

Taques: Direito Penal precisa “sair da senzala”

Segundo Pedro Taques (PDT-MT), muitos dos réus que defendeu nos três anos em que atuou na Defensoria Pública de São Paulo estão presos até hoje. Mas que todos os réus nos 15 anos seguintes, nos quais atuou como procurador da República, estão soltos. “Temos de fazer com que o Direito Penal saia da senzala e possa penetrar na casa-grande – afirmou.

Wellington aponta avanços e pede valorização

Wellington Dias (PT-PI) elogiou os avanços na atuação da defensoria, mas lamentou que o número insuficiente de defensores e a falta de estrutura afastem muitos brasileiros da garantia de seus direitos. No Piauí, informou o senador, por falta de defensores federais, a Defensoria Pública do estado atua em substituição a eles nas comarcas do interior.

Ana Amélia destaca mutirões de atendimento

Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a Defensoria Pública no Rio Grande do Sul promove mutirões para orientar os cidadãos sobre acesso gratuito à Justiça.

– Essas ações demonstram claramente o comprometimento jurídico e social da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, ao atender uma camada da população que tanto precisa do auxílio dos defensores públicos.

Benedito de Lira vê abnegação para atender pobres

Benedito de Lira (PP-AL) elogiou a abnegação dos defensores, profissionais.

– Quero cumprimentar os defensores públicos, que, apesar da atividade profissional que exercem, precisam ter vontade e abnegação para receber aquele pobre no seu gabinete de trabalho, na sua casa, no seu escritório, e ouvir aquele relato com paciência – disse.

Equilíbrio entre MP, Defensoria e Justiça, quer Moka

O equilíbrio entre Ministério Público, a Justiça e a Defensoria Pública, deve ser colocado efetivamente em prática, com igualdade de condições para todos, afirmou Waldemir Moka (PMDB-MS).

– Esse tripé tem que estar em igualdade de condições. É uma pauta importante para a gente discutir aqui – declarou o senador.

Santiago diz que governos não reconhecem valor

Para Wilson Santiago (PMDB-PB), os relevantes serviços prestados pelos defensores públicos à população não são reconhecidos pelos governos, já que poucos ofereceram à instituição a estrutura necessária ou remuneração decente aos defensores. As defensorias, acrescentou, não recebem tratamento à altura do papel que exercem em defesa dos mais pobres.

Pimentel propõe autonomia orçamentária

José Pimentel (PT-CE) defendeu a aprovação de proposta de sua autoria, em exame na CCJ, que fortalece a autonomia orçamentária das defensorias públicas dos estados.

– Sabemos que é na Defensoria Pública em que a ampla maioria dos trabalhadores, das donas de casa, daqueles que produzem a riqueza nacional têm defensores.

Categoria contribui para erradicar a pobreza

A presidente do Conselho Nacional dos Defensores Públicos Gerais, Francilene Gomes de Brito, declarou que a instituição tem muito a contribuir para erradicar a pobreza. Francilene Brito menciona estudos que apontam melhores índices sociais e menos violência onde há defensorias públicas mais estruturadas.

– Este é o papel do defensor público: buscar a pacificação

social por meio da solução de conflitos – disse.

Francilene Brito também destacou a importância das defensorias públicas para a formação dos advogados, observando que o melhor estágio na área de Direito é em uma defensoria.

– O defensor público é um promotor dos direitos humanos – declarou.

O defensor público Ha-

man Córdova lembrou que vários direitos previstos na Constituição só são possíveis, para a maioria, por meio das defensorias.

Já o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, André Castro, disse que uma das tarefas das defensorias públicas é promover os direitos das crianças e dos adolescentes, dos idosos e dos consumidores.